OEA/Ser.W

 CIDI/INF. 439/21

 16 julho 2021

 Original: inglês

NOTA CONCEITUAL

Reunião ordinária do

Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI)

27 de julho de 2021

TEMA: **AS TRANSIÇÕES ENERGÉTICAS NACIONAIS COMO MOTORES PARA A RECUPERAÇÃO DAS ECONOMIAS EM GERAL**

1. **Antecedentes/Justificativa**

As transições energéticas na América Latina e no Caribe deram grandes passos na última década, superando as expectativas. Contudo, ainda há um longo caminho a percorrer para transformar o setor energético regional de base fóssil para carbono neutro. As Américas necessitarão de novas tecnologias e de volumes impressionantes de capital nos próximos 20 anos para atender ao crescimento da demanda, fortalecer a segurança energética e cumprir os compromissos climáticos do Acordo de Paris. Até 2040, a demanda de eletricidade terá dobrado, a energia hidrelétrica e o gás natural continuarão dominantes na matriz de geração, haverá uma participação mais forte das energias renováveis variáveis (de 2% em 2014 para 11% em 2040), e o óleo combustível e o carvão continuarão desempenhando um papel no mix energético.

Segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a região precisará de mais 408 gigawatts em nova capacidade nas próximas duas décadas (138 gigawatts de gás natural e 270 gigawatts de fontes renováveis) a um custo médio de US$ 24 bilhões por ano. Além disso, até 2040 vários ativos energéticos chegando ao fim do seu ciclo de vida precisarão ser substituídos a um custo estimado de US$ 177 bilhões. Por outro lado, a expansão e a modernização da rede elétrica para abastecer os novos usuários finais e as necessidades de mobilidade elétrica demandarão quase US$ 80 bilhões. Se essas estimativas estiverem corretas, a região está olhando para necessidades anuais de investimento em infraestrutura de energia sustentável da ordem de US$ 36,85 bilhões entre agora e 2040 para implementar transições só para geração de energia.

Os orçamentos nacionais carecem de margem para fornecer o nível de apoio financeiro necessário para financiar toda a escala da modernização e descarbonização do setor energético. Além disso, o acentuado declínio econômico vivido em 2020 como resultado da pandemia de covid-19 suscita a necessidade de implementar uma abordagem governamental total, a fim de garantir que todos os setores da economia possam contribuir de forma significativa para a recuperação. Nesse sentido, os esforços nacionais para mitigar os danos econômicos da covid-19 deveriam ser transformados em um catalisador verde.

O capital do setor privado e as soluções tecnológicas são cruciais para alcançar o sucesso nesse sentido. Há uma necessidade e uma oportunidade para o setor privado ajudar a transformar a transição energética da região em investimentos de infraestrutura inteligente em matéria de clima que contribuam para a recuperação da economia em geral. Portanto, a solução da mudança climática exigirá a parceria público-privada definitiva.

Políticas, leis e regulamentos de caráter facilitador são fundamentais para alavancar o capital e a tecnologia. Os líderes empresariais devem fazer parte das conversas em curso sobre como alinhar finanças e inovação com a transição para um setor energético sustentável e neutro em carbono.

1. **Propósito da reunião**

A reunião sobre energia estará concentrada nos passos críticos para apoiar as transições energéticas nacionais nas Américas, e em exemplos de tecnologias inovadoras que podem ajudar a avançar nesse objetivo.

Alguns dos temas específicos para consideração incluem os passos necessários para a transição energética de curto, médio e longo prazo. Que tipos de parcerias, políticas e investimentos são necessários? Que fontes de energia limpa podem proporcionar caminhos para a transição energética?

Perguntas para os Estados membros:

a) Quais são as soluções de inovação e tecnologia disponíveis em seu país para possibilitar transições para energia limpa? Pode compartilhar recursos, tecnologias, boas práticas para alcançar a transição energética?

b) Quais são as deficiências ou necessidades do seu país em matéria de transição energética?

c) Que oferta de cooperação é apresentada por seu país? Existem inovações ou soluções tecnológicas implantadas com sucesso em seu país para apoiar a transição para energia limpa?

1. **Relevância da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI)**

 Fortalecimento da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em conformidade com o Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável 2016-2021 (PIDS).

 Apoiar os esforços dos Estados membros voltados para enfrentar o desafio das transições energéticas no contexto da covid-19.

1. **Mandatos da OEA**

 A AG/RES. 2955 (L-O/20) encarregar a SEDI de “continuar prestando assistência aos esforços da ECPA por apoiar os Estados membros no desenvolvimento de energia renovável e gás natural, bem como possíveis opções para construir infraestrutura energética transfronteiriça e intersetorial e serviços energéticos, diversificando as fontes e a distribuição geográfica, com vistas à geração de energia e à proteção das comunidades contra falhas na rede elétrica causadas por desastres.”

A AG/RES. 2904 (XLVII-O/17) encarrega a Secretaria-Geral “de, na medida em que os recursos o permitam, continuar promovendo o diálogo regional entre os Estados membros e entre os setores público e privado, visando a desenvolver sistemas de energia renovável e sustentável confiáveis, limpos e mais baratos, que facilitem o acesso à energia e a tecnologias e práticas de eficiência energética, e também de continuar incentivando as parcerias que promovam maior coordenação entre doadores, o acesso voluntário à informação e o intercâmbio de conhecimentos, em termos e condições mutuamente acordados, com vistas a aplicar mais eficazmente as estratégias regionais de energia renovável”.

 A Carta da OEA encarrega o CIDI de promover a cooperação entre os Estados membros da OEA, a fim de alcançar o desenvolvimento integral e, em particular, ajudar a eliminar a pobreza extrema. A Carta também orienta o CIDI a “promover, coordenar e encomendar a execução de programas e projetos de desenvolvimento aos órgãos subsidiários e organismos correspondentes, com base nas prioridades determinadas pelos Estados membros, em áreas tais como a de desenvolvimento econômico e social, inclusive o comércio, o turismo, a integração e o meio ambiente”.

 O Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) encarrega a SG/OEA de, por intermédio da SEDI, colaborar com as autoridades de desenvolvimento sustentável dos Estados membros e coordenar atividades com outras entidades e organizações internacionais. O PIDS estabelece ações estratégicas para assegurar que o trabalho da Secretaria-Geral em desenvolvimento sustentável se alinhe com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima e que os seus objetivos e resultados sejam guiados pelos ODS aprovados pelos Estados membros e contribuam para alcançá-los.

 Segundo o PIDS, o trabalho da Secretaria-Geral deve contribuir diretamente para apoiar os Estados membros em seus esforços para atender o ODS 7: “Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”, bem como as metas inter-relacionadas de outros ODS da Agenda 2030 e seus elementos transversais.

1. **Estrutura da reunião**

 Painelistas convidados:

* Jorge Rivera Staff, Secretário Nacional de Energia do Panamá
* Damilola Ogunbiyi, CEO e Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Energia Sustentável para Todos e Co-Presidente da ONU-Energia
* Juan Ignacio Rubiolo, Presidente do Grupo de Trabalho sobre Energia do Diálogo Empresarial das Américas (ABD, na sigla em inglês) e Presidente da AES para México, América Central e Caribe
1. **Resultados da reunião**
2. Facilitar o processo de compromisso com a intenção de promover parcerias e alianças entre governos e parceiros multisetoriais voltados para a abordagem das questões científicas e tecnológicas relacionadas à energia e à mudança do clima.
3. Conectar as prioridades energéticas dos Estados membros da OEA com soluções de ciência, inovação e tecnologia para atender às diversas necessidades dos países e promover a colaboração na Sexta Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia (REMCYT-VI) em torno de ofertas concretas de colaboração para atender às deficiências e necessidades existentes.

CIDRP03251P04